

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

FORMAÇÃO TÉCNICA:
UM ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS DE ENSINO TÉCNICO BRASILEIRO E
CANADENSE

MONISE MARA COSTA E SILVA
WELINTON ROSA DA SILVA

ANÁPOLIS-GO
2015

**MONISE MARA COSTA E SILVA
WELINTON ROSA DA SILVA**

**FORMAÇÃO TÉCNICA:
UM ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS DE ENSINO TÉCNICO
BRASILEIRO E CANADENSE**

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior sob orientação do Prof. Me. Halan Bastos Lima.

ANÁPOLIS-GO
2015

**MONISE MARA COSTA E SILVA
WELINTON ROSA DA SILVA**

**FORMAÇÃO TÉCNICA:
UM ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS DE ENSINO TÉCNICO
BRASILEIRO E CANADENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Pós-graduação em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

APROVADA EM: _____ / _____ / _____ **NOTA** _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Halan Bastos Lima
Orientador

Prof^a. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
Convidada

Prof. Dr. José Jivaldo Lima
Convidado

FORMAÇÃO TÉCNICA: UM ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS DE ENSINO TÉCNICO BRASILEIRO E CANADENSE

MONISE MARA COSTA E SILVA

fisioterapeuta / monise-fisio@hotmail.com

WELINTON ROSA DA SILVA

engenheiro mecânico e engenheiro civil / welinton3d@hotmail.com

HALAN BASTOS LIMA

fisioterapeuta / fisio-halan@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa políticas educacionais sobre os modelos de ensino no Brasil e no Canadá até 2010. Com foco de análise, foi tomado o ensino técnico nos dois países e as políticas públicas vigentes em cada um com o intuito de aproximar os entendimentos sobre estudo e realidade. A conclusão do autor é que no Brasil as relações da indústria com as escolas devem ser estreitadas para atender melhor a necessidade um do outro, o que por sua vez já é comumente usual no Canadá.

Palavras-chave: Ensino Técnico Brasileiro. Ensino Técnico Canadense.

1 INTRODUÇÃO

Com a falta de mão de obra qualificada e o crescente aumento de estudantes em nível superior, têm faltado profissionais de formação técnica no mercado de trabalho. Quanto mais o governo aumenta as linhas de crédito e concessão de bolsas de estudo para os cursos de graduação mais reduz-se a procura pelas áreas técnicas. E essa realidade não fica restrita somente ao Brasil, mais em todo o mundo.

A partir dessa necessidade de mão de obra técnica qualificada e inserção de famílias de baixa renda no mercado de trabalho o Governo Federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no dia

26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011 pela Presidente Dilma Rousseff , coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) (Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2011).

O presente estudo apresenta o modelo de ensino técnico brasileiro adotado pelo PRONATEC através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia antigos Centros Federais de Educação Tecnológica atualmente denominados (IFG) e do Sistema S é formado por organizações e instituições todas referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas que tem como objetivo, melhorar e promover o bem estar de seus funcionários, na saúde e no lazer, por exemplo, como também a disponibilizar uma boa educação profissional. As instituições do Sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo. São instituições bem tradicionais no país mantidos em parte pela indústria que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo comércio o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). E também o modelo de ensino técnico canadense chamado de *College*, ou *Cégep* na província de Québec regido pela *The Association of Canadian Community Colleges (ACCC)* que é a Associação de Escolas Técnicas Canadenses.

Visando aproximar estes dois modelos de ensino com a realidade do mercado de trabalho, possibilitando assim uma visão mais detalhada no aspecto da inserção nas empresas e indústrias.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da revisão bibliográfica, é por meio dela que podem desenvolver linhas de pensamento e defender ideias apoiadas nos conceitos já existentes (GIL, 1999).

A pesquisa bibliográfica é o levantamento de parte da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas, artigos e imprensa escrita, além de materiais virtuais. Sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações (GIL, 1999).

Para Gil (1999, p. 12), “as fontes bibliográficas podem ser classificadas em livros de leitura corrente, livros de referência (dicionários, enciclopédias, anuários e almanaques); publicações periódicas (jornais e revistas) e impressos diversos”.

Para realização desta pesquisa, foi realizada leitura em busca de dados concretos em sites governamentais dos Ministérios da Educação do Brasil e do Canadá, os quais contribuíram para construção do mesmo. Tal conduta emerge na eminência de estar em busca do conhecimento sobre os modelos de ensino técnico brasileiro e canadense.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Governo Federal é o órgão regulador da educação brasileira através do Ministério da Educação (MEC), por onde são definidos os princípios organizacionais dos programas educacionais. Cada Estado é responsável pelos programas educacionais com base em receita própria dos municípios e estados e também utiliza dos financiamentos do Governo Federal.

Para Ventura, Braga e Meneses (2012, p. 122),

[...] o que determina a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a educação no Brasil deve ser gerida e organizada separadamente por cada nível de governo. O Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e os municípios devem gerir e organizar seus respectivos sistemas de ensino. Cada um desses sistemas educacionais públicos é responsável por sua própria manutenção, que gere fundos, bem como os mecanismos e fontes de recursos financeiros [...]

Basicamente a educação brasileira subdivide-se em três diferentes níveis sendo o primeiro o ensino fundamental, obrigatório para crianças de seis a quatorze anos; o segundo nível é o ensino médio, mas este por sua vez não é obrigatório; e para finalizar o terceiro nível, o ensino superior.

Desde 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96) foi alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos,

estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010 (INFOESCOLA, 2006).

O ensino fundamental subdivide-se na primeira etapa do 1º ao 5º ano podendo a criança ingressar aos seis anos de idade, e na segunda etapa do 6º ao 9º ano. O ensino médio têm a duração de 3 anos. Segundo o MEC: entre as suas finalidades específicas incluem-se “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando”, a serem desenvolvidas por um currículo, que destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (MEC, 2014).

Segundo o Ministério da Educação (2014),

[...]o ensino superior no Brasil pode ser de forma presencial, à distância (EAD) ou semi-presencial com aulas em sala e aulas à distância. Pode ser cursado em universidades, centros de educação tecnológica, institutos superiores ou faculdades. O aluno pode optar por bacharelado, licenciatura ou formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são subdivididos em dois modelos sendo eles: lato sensu (especializações e MBAs) e strictu sensu (mestrados e doutorados) [...]

3.1.1 O Ensino Técnico no Brasil

Iniciou-se em 1761 com a criação das casas de fundição e de moeda onde havia a necessidade de ensino especializado destinada a filhos de brancos (VENTURA, BRAGA e MENESES , 2012).

Segundo Zimas (2006), a educação técnica no Brasil sofreu suas maiores transformações na década de 1990. Este nível, tradicionalmente esteve associado a formação geral e era destinado aos alunos que por volta dos seus 15 anos quando terminavam seu ensino fundamental resolviam se profissionalizar no ensino médio. Estes cursos duravam de 3 a 4 anos onde o jovem diplomado poderia continuar estudos em nível superior.

Desde a criação das Casas de fundição e de moeda em 1761 no Brasil teve-se a necessidade de ter uma mão de obra técnica e ter que treinar os filhos de brancos até o ano de 2010 onde houve a elevação do total da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para 354 unidades, aconteceram várias

mudanças em todo o sistema de ensino técnico, adaptando-se sempre às necessidades e anseios do mercado de trabalho gerando por sua vez uma maior proximidade do mercado de trabalho com as instituições de ensino, porém há muito a ser melhorado.

Quadro 01 – O ensino técnico no Brasil: resgate histórico

ANO	MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1761	Casas de fundição e de moeda	Necessidade de ensino especializado destinada a filhos de brancos com banca examinadora de avaliação de habilidades com período de cinco a seis anos.
1785	Centros de aprendizagem de ofício da Marinha	Operários especializados de Portugal com recrutamento de pessoas para aprendizagem, com a proibição da existência de fábricas.
1800	Ofícios manufatureiros	Adoção do modelo de aprendizagem com amparo a sociedade menos privilegiada para crianças e jovens encaminhados a casas de instituições primárias com ensino de: tipografia, encadernação, tornearia, carpintaria e sapataria.
1808	Chegada da família real portuguesa	Criação do colégio das fábricas por D. João VI, primeiro estabelecimento instalado pelo poder público para atender aos artistas e aprendizes vindos de Portugal.
1889	Economia agrário-exportadora	Após abolição do trabalho escravo com média de 54 mil trabalhadores dão início a trabalhos rurais pré-capitais.
1906	Início do ensino técnico no Estado do Rio de Janeiro Decreto nº 787 11 de setembro e consolidação do	Iniciado por Nilo Peçanha com quatro escolas profissionais de unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do

	ensino técnico-industrial no Brasil	Sul, sendo as três primeiras, para ensino de ofício e a última para aprendizagem agrícola.
1909	Criação da rede federal de educação profissional e tecnológica: Decreto nº 7.566 de 23 de setembro	Sob jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Industrial e Comércio, com dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional, primário e gratuito.
1927	Projeto de Fidélis Reis	O Congresso Nacional previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.
1930	Em 14 de novembro o Ministério da Educação e Saúde Pública foi a Inspectora do Ensino Profissional Técnico	Supervisionando Escolas de Aprendizes Artífices ligadas ao Ministério da Agricultura, inspirada em 1934 gerando a Política de criação de novas escolas e introdução de novas especializações nas escolas existentes.
1937	Constituição pela Lei 378 de 13 de janeiro	Transformação de Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinada ao ensino profissional, de todos os ramos e graus; estabelecida no artigo 129 ao ensino pré-vocacional e profissional destinada às classes menos favorecidas com o primeiro dever do Estado.
1941	Reforma Capanema	Remodelagem de todo o ensino do país em principais pontos (em ensino profissional para nível médio; o ingresso nas escolas industriais por exames de admissão; cursos divididos em dois níveis: ensino médio com cursos básicos industrial, artesanal e mestria. E curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um estágio supervisionado na indústria).
1942	Transformação de Escolas Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e	Oferecendo a formação profissional em equivalência ao nível secundário com vinculação

	Técnicas Decreto nº 4.127 de 25 de fevereiro	formal de ensino industrial, uma vez que alunos formados em técnicos são autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente a sua formação.
1959	Transformação escolar em autarquias	Com nome de Escolas Técnicas Federais devido a aceleração de industrializações.
1971	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- LDB, nº 5.692 de 11 de agosto.	Revigora compulsoriamente o técnico-profissional todo currículo do segundo grau, formando técnicos com urgência e com formação de novos cursos técnicos, implicando a eliminação da dualidade entre o ensino geral-propedêutico, e o ensino técnico-profissional.
1978	Lei nº 6.545	Transformação de Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica- CEFETs; formando engenheiros de operação e tecnológicos.
1994	Lei nº 8.948 de 8 de dezembro	mediante a critérios pelo Ministério da Educação levando em conta as instalações físicas, laboratórios e equipamentos adequados as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários para o funcionamento de cada centro CEFET.
1995	Reserva de um lugar especial ao ensino técnico	transformação alternativa de ensino médio gratuito e de boa qualidade para jovens de classe média, que não estariam interessados em trabalhar como técnicos, e sim em realizar cursos superiores.
1996	Lei nº 9.394 segunda LDB	dispõe Educação Profissional separado da Educação Básica com definição de sistema de certificação profissional que

		permite o reconhecimento de competências fora do sistema escolar. A resolução do Conselho Nacional de Educação define que o ensino médio seja com duração mínima de três anos com diretrizes curriculares com preparação básica em técnicos nas três áreas do ensino médio (linguagem, código e suas tecnologias; ciência da natureza, matemática e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias).
1997	Decreto 2.208	Regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional- PROEP. Regulamentando um sistema de ensino profissional com três níveis: o básico (cursos rápidos para adultos), o técnico (independente do ensino médio, organizados em módulos dando um certificado de qualidade profissional) e o tecnológico em nível superior.
1999	Diretrizes curriculares de nível técnico	Instituídas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional da Educação- CEB-CNE com 20 primeiras áreas (Agropecuária, Artes, Comércio, Comunicação, Construção Civil, Design, Geomática, Gestão, Imagem Pessoal, Indústria, Informática, Lazer e Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Mineração, Química, Recursos Pesqueiros, Saúde, Telecomunicação, Transporte, Turismo e Hospitalidade).
2002	Construção de mais de 140 unidades de escolas técnicas	De 1909 até 2002 sendo melhor configurados a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológico brasileira.
2004	Decreto 5.154	Permissão de integração de

		ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
2005	Lei 11.195	Lançamento da primeira fase do Plano de Expansão de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com construção de 64 novas unidades de ensino; transformação do CEFET- Paraná em primeira Universidade Tecnológica Federal com atendimento nas modalidades: presencial, semipresencial e a distância.
2006	Decreto 5.773	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
2006	Decreto 5.840	Instituído em âmbito federal o Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com Educação de jovens e adultos-PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena; lançando o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia oferecidos por instituições públicas e privadas.
2007	Lançamento da segunda fase do Plano de Expansão de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com mais de 150 novas unidades	Desenvolvendo projetos de extensão acadêmica como intercâmbios internacionais nos países que integram a MERCOSUL, e com a Comunidade de Língua Portuguesa- CLP.
2010	Elevação do total da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	354 unidades em todo o país; gerando assim um bom aproveitamento de estagiários, funcionários em empresas como PETROBRÁS, Correios, Telégrafos, Vale, Grupo Votorantim, dentre outras grandes empresas e também em empresas

		de pequeno ou médio porte.
--	--	----------------------------

FONTE: Ministério da Educação (MEC).

A Rede de Educação Profissional e Tecnológica foi construída em aproximadamente 250 anos cujas atividades foram criadas para classes sociais mais desprovidas utilizadas por mão-de-obra qualificada, hoje atuante como importante estrutura com efeito de acesso científico e tecnológico em rede de empregos industriais ou de empresas de pequeno porte onde se utiliza de funcionários qualificados para cargos específicos.

O favorecimento a esse tipo de formação tem sido de grande importância não só pela certificação e qualificação de profissionais diferenciados no mercado, mas também para a importância da elevação de escolaridade da sociedade como um todo, ideologia de formadores de opiniões com nível superior técnico.

Assim a modificação do espaço tecnológico e acadêmico nota-se por especialização de pesquisas e inovações para a prática do ensino por produção científica e tecnológica nacional transformadora voltada para a prática de uma qualificação mais específica.

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EDUCAÇÃO CANADENSE

O sistema educacional canadense é iniciado geralmente aos quatro anos de idade no *Kindergarden* que seria equivalente ao jardim de infância brasileiro, que se subdivide em junior e sênior. Pela lei a criança deve ir à escola com 5 ou 6 anos até os 16 ou 18 anos dependendo da província.

Por volta dos 6 anos a criança ingressa no *Elementary School* do 1º ano seguindo até o 9º ano completo geralmente aos 14 anos.

O ano escola é dividido em estações ou termos iniciando-se em agosto e terminando em junho, as crianças tem aulas de segunda à sexta, e dentre as disciplinas estudam duas línguas (inglês e francês), matemática, ciências, história, artes, esportes e música. Os pais também têm o direito de educar suas crianças em casa ao invés de enviá-las para uma escola formal.

Seguindo para O *High School* que pode levar de 3 a 5 anos dependendo da província. O Canadá possui um sistema de educação holística, ou seja, educação física, intelectual, emocional e social. Cada província possui seu sistema

educacional, porém o ensino equivalente ao nosso fundamental e médio é gratuito como no Brasil mas o ensino superior é subsidiado pelo governo canadense e o estudante arca com 17,8% dos custos (*Government of Canada, 2013*).

Porém o ensino técnico é estendido até o nível colegial denominados CEGEP que o aluno paga somente a matrícula. Os cursos assim como no Brasil são divididos pelas províncias segundo suas demandas por mão de obra qualificada, como por exemplo na província de Saskatchewan ter a maioria dos cursos voltados para extração de petróleo devida a necessidade desse tipo de profissional formado.

3.2.1 O Ensino Técnico no Canadá

O sistema de ensino técnico no Canadá embora seja de criação recente tendo apenas cinco décadas, evoluiu-se rapidamente atendendo mais as solicitações das grandes empresas e do mercado mais voltado ao capitalismo voraz, talvez devido a proximidade com os Estados Unidos da América. Tenha sido adotada essa política de mais proximidade com o mercado de trabalho, gerando assim emprego e renda para sua população.

Quadro 02 – O ensino técnico no Canadá: resgate histórico

ANO	MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1962	A comissão de investigação real na educação na Província de Quebec propõe a criação de um novo nível de estudos após o ensino médio.	Foi criado um ensino de dois anos totalmente distinto do <i>High School</i> com a ideia de treinar profissionais para indústria e deixar as universidades mais focadas em desenvolvimento e pesquisa.
1964	Criado o <i>Ministère de l'Éducation</i>	Através de uma proclamação do Governo que forçava o ato para estabelecer o Departamento de Educação e o Conselho Superior de Educação.
1967	São criados os <i>CEGEPs</i> que são os Centros Gerais de Educação Profissionalizantes, devido ao Ato Geral e Vocacional das Faculdades.	As primeiras faculdades de treinamento geral e profissional são criadas no Canadá.

1979	É criado pelo governo o Conselho das Faculdades para aconselhar o Ministério da Educação.	Entre outras finalidades seria a de aconselhar e regulamentar matérias a respeito da instrução das faculdades.
1985	Instituído a lei do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia.	Como resultado o Ministério dividiu-se em dois: sendo Ministério da Educação responsável pelo <i>preschool, elementary and secondary education</i> , enquanto o Ministério do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia ficou responsável pelos <i>colleges</i> e educação universitária, assim como pesquisas científicas e desenvolvimento.
1985	O Ministério Do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia é transferido para o Ministério da Indústria e Comércio.	O que aproxima o setor comerciário com a Educação tecnológica facilitando assim aquisição de mão de obra qualificada.
1993	O Conselho das Faculdades é abolido.	Foi dividido em duas partes: onde a jurisdição retorna para o Conselho Superior de Educação e a outra para a Comissão de Avaliação do Ensino Colegial de Quebec (CEEQ).
1993	Quebec cria o Ministério da Educação e Ciência.	O governo de Quebec une os dois ministérios novamente.
1994	A responsabilidade da ciência retorna para o Ministério da Indústria, Comércio e Tecnologia.	Através de uma emenda a responsabilidade da ciência retorna para o Ministério da Indústria, Comércio e Tecnologia.
2005	Criação do Ministério da Educação, dos Esportes e Lazer.	Como resultado da reorganização desses surgiu o novo Ministério.

FONTE: Government of Canada.

Com apenas 51 anos de criação do Ministério da Educação no Canadá várias mudanças foram feitas dentre elas a mais importante seria a criação dos *CEGEPs* que são os colégios de ensino técnico que possui uma relação estreita com o mercado de trabalho, com a missão de desenvolver o crescimento do ensino técnico e debater sempre sua própria missão, com estrutura poderosa e organização curricular.

Com mais de 210 mil estudantes atendidos pelo programa e com 90% vindos de escolas públicas. As custas com esse programa chega a C\$ 1,5 bilhões de dólares canadenses por ano, e o governo arca com cerca de 95% desse custo (CLAUDE LESSARD, ÉDITH BROCHU, 2012).

Embora as leis do país sejam novas e adotadas recentemente, a agilidade do governo com relação as atitudes sobre educação tecnológica é extremamente flexível e sempre de olho no mercado de trabalho, as leis são sempre ligadas ao Ministério do Comércio o que faz toda a diferença quando o assunto é ensino técnico e qualificação de mão de obra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos aqui realizados, entre a relação do ensino técnico brasileiro e canadense, pode-se notar que, com apenas cinco décadas da criação do Ministério da Educação Canadense o mesmo conseguiu rapidamente mudar suas leis e com uma política educacional descentralizada, dividida por províncias que seriam equivalentes aos estados brasileiros o Canadá conseguiu surpreender em incentivar com base em acompanhamento maior por parte da iniciativa privada o ensino técnico. O que traz bastante desenvolvimento a indústria principalmente com mão de obra qualificada e formada pelos próprios estados.

No Brasil a distância do ensino com a indústria faz com que cursos sejam criados não com o foco e missão de ensinar a pessoa a aprender algo que lhe dê qualificação profissional, algo em que a pessoa saia da escola técnica e vá trabalhar sabendo o que fazer, e sim, é um ensino em que a pessoa tem um título, filiado a um conselho que lhe dê a possibilidade meramente burocrática de exercer a profissão, porém o mercado não aceita somente um diploma, o mesmo busca um profissional com conhecimento de causa e alguém que saiba executar. Sem necessitar de treinar o profissional recém-qualificado.

Para melhorar a situação seria necessária uma aproximação real das instituições de ensino com a indústria de modo a termos uma comunicação de mão dupla e mais diálogos e reuniões dos conselhos de educação a nível municipal, estadual e federal com as indústrias desde a pequena alfaiataria do interior de uma cidadezinha com a grande indústria da megalópole por exemplo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **A formação técnica no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>> acesso em 27 nov 2014.

BRASIL. Ministério da Educação . **Assessoria de comunicação social**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>> acesso em 27 nov 2014.

CANADA. **Government of Canada**. 2011. Disponível em: <http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_a-propos/education.aspx?lang=por> Acesso em 26 nov 2014.

CLAUDE, Lessard; ÉDITH, Brochu. **Collège d'enseignement général et professionnel (CEGEP)** 2012. Disponível em: <http://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/college-denseignement-general-et-professionnel-cegep/>. Acesso em 19 jun 2015.

INFOESCOLA. Disponível em: <<http://www.infoescola.com>> acesso em 22 nov 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

PACIEVITCH, Thais; 2013. **Ensino Fundamental**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/ensino-fundamental/>> acesso em 26 nov 2014.

VENTURA, A. S.; BRAGA, L. V.; MENESES, G. **O Ensino Superior Indígena no Brasil**: Mapeamento de Controvérsias. 2012. Disponível em: <<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

ZIMAS, D. M. L. **Uma visão geral do ensino técnico no Brasil**: a legislação, as críticas, os impasses e os avanços. Fundação Carlos Chagas - Buenos Aires, 2006.

ABSTRACT

FORMATION TECHNIQUE: A STUDY OF THE EDUCATION FEATURES BRAZILIAN AND CANADIAN TECHNICIAN

This article analyzes educational policy on technical education models in Brazil and Canada, comparing them and making a criticism of the distance of the models of teaching in schools with the expectation of the labor market in each country. With analysis of focus, it became technical education in both countries and the public policies in force in each in order to approach the study and understanding of reality. After review of literature, it is concluded that to improve the situation of the Brazilian technical training, a real approximation of educational institutions with industry and the labor Market would be required.

Keywords: Brazilian Technical Education. Canadian Technical Education. Job Market.